

Escolas como Espaços de Combate ao Racismo e de Fortalecimento a Identidade e da Cultura Negra

Schools as Spaces to Combat Racism and Strengthen Identity and Black Culture

Isabel Cristina Gomes Silva^{*a}; José Francisco dos Santos^{ab}

^aUniversidade Federal do Oeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino. BA, Brasil.

^bUniversidade Federal do Oeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Humanas e Sociais. BA, Brasil.

*E-mail: isabelcgs1@hotmail.com.

Resumo

O presente artigo busca expor quais ações podem ser assumidas pelos espaços escolares para o fortalecimento da identidade e da cultura negra e do combate ao racismo. Objetiva-se dentro dos escritos apresentar as estruturas que marcam o constructo e manutenção do racismo no Brasil, como a identidade pode ser construída no espaço escolar e ações pedagógicas que podem valorizar as especificidades da cultura afro-brasileira. Sendo a escola um ambiente de interações, trocas e vivências, entende-se que os diálogos lá estabelecidos, ou não, são extremamente importantes aos processos de constituição e fortalecimento das relações étnico-raciais. Para abordar a temática, usou-se como metodologia a revisão de literatura, buscando a construção de um diálogo com pesquisadores do racismo, da identidade negra e da diversidade cultural. Com o intuito de lançar luz e melhorar o entendimento acerca do exposto. Ao final, percebe-se que a pesquisa encaminha para o estudo de outras temáticas, como as estratégias criadas para o fortalecimento da identidade negra nos espaços educativos e a análise das ações educativas já colocadas em prática para o combate de atitudes racistas. Remetendo-nos sempre a reflexão que, a escola deve ser um lugar de acolhimento a todos, sem distinção de raça, cor, gênero, classe e qualquer outro tipo de diferença.

Palavras-chave: Espaço Escolar. Educação. Antirracismo. Enfrentamento. Relações Étnico-Raciais.

Abstract

This article seeks to expose what actions can be assumed by school spaces to the strengthening black identity and culture and the fight against racism. The purpose within the writings is to present the structures that mark the construction and conservation of racism in Brazil, how identity can be built in the school space and pedagogical actions that can value the specificity of Afro-Brazilian culture. The school being an environment of interactions, exchanges and experiences, it is understood that the dialogues established there, or not, are extremely important to the processes of constitution and strengthening of ethnic-racial relations. To approach the subject, the literature review was used as a methodology, seeking to build a dialogue with researchers of racism, black identity and cultural diversity. In order to shed light and improve the understanding about the above. Finally, it's noticed that the research forward to the study of other themes, such as the strategies created to strengthen the black identity in educational spaces and the analysis of educational actions already put into practice to combat racist attitudes. Always referring us to the reflection that the school must be a place of reception for all, without distinction of race, color, gender, class and any other type of difference.

Keywords: School Space. Education. anti-racism. confrontation. Ethnic-Racial Relations.

Introdução

As representações de todos os grupos sociais circulam em nosso meio, produzindo e reproduzindo sentidos e consequências. Na sociedade brasileira, as representações que prevalecem são arquitetadas por narrativas hegemônicas, capazes de retratar um grupo social em detrimento de outros. Essas representações construídas mediante a óptica eurocêntrica, levam aqueles que não correspondem ao seu padrão, serem vistos como desviantes, abjetos e excluídos socialmente.

Somos inseridos em um mundo marcado por uma complexa diversidade cultural, com significativos efeitos positivos e negativos, presentes em todos os espaços sociais. Nos espaços escolares, isso não é diferente. Lançar o olhar em direção ao reconhecimento das diferenças e ao respeito a essas distinções é uma ação essencial à constituição de

respostas aos pensamentos e às práticas seculares permeados por preconceitos, opressões e discriminação.

O racismo construiu caminhos e abismos sociais entre negros e não negros na sociedade brasileira. Esse fato gerou problemáticas que não se limitam aos âmbitos interpessoal e comportamental, mas se tornou uma questão estruturante das relações sociais, que, em sua intersecção com o gênero e a classe, demarca os lugares sociais e oprime a maior parcela da população, delegando-a uma condição subalterna e de inferioridade.

Pensar na escola como um espaço de relações e contribuinte para a formação das identidades e para o estabelecimento das relações culturais é algo que pode ter constatações duais. A escola e as práticas de ensino que ocorrem dentro dela precisam se desvencilhar das bases permeadas por ações

hegemônicas e de negação das desigualdades vivenciadas e baseadas, sobretudo, na estrutura racista fundante desse país.

No entanto, é possível mostrar outras perspectivas, ampliar discussões e reconstruir as percepções acerca da população negra, com o intuito de permitir que as várias identidades sejam reconhecidas e respeitadas. Nesse sentido, entende-se que o espaço escolar, lugar de socialização, discussão e esclarecimentos pode ser um grande contribuinte para o processo de construção das identidades e valorização da diversidade cultural dos estudantes negros e não negros. Essa construção, de acordo com vários autores, somente se concretiza a partir das relações estabelecidas entre o eu e o outro. Nesse espaço, essas relações são constantes e inevitáveis.

As identidades não são construídas no isolamento. Ao contrário, são negociadas durante a vida toda por meio dos diálogos exterior e interior com os outros (GOMES, 2002). A identidade pessoal e a identidade construída socialmente são formadas em diálogo aberto. Elas são totalmente dependentes das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo de formação identitária, o que também diz respeito à construção da identidade negra.

Junto a isso, as ações a favor da valorização da diversidade cultural que estejam para além de meras representações folclóricas e comemorativas podem ser grandes contribuintes para o fortalecimento da identidade da pessoa negra e para o combate às práticas racistas. Contudo, essas ações devem permitir a constituição de um pensamento crítico, questionador da construção das diferenças e de análise dos mecanismos excludentes que essa construção pode carregar.

A diversidade cultural, como princípio educativo, extrapola a noção de identidade nacional e se concretiza por meio das experiências e das vivências sociais e culturais que envolvem os indivíduos na sociedade (SILVA, 2011). Sendo assim, a temática deste artigo surgiu pelo entendimento de a escola ser um ambiente de interações, trocas e vivências. Portanto, entende-se que os diálogos lá estabelecidos, ou não, são extremamente importantes aos processos de constituição e fortalecimento das relações étnico-raciais.

Desse modo, neste artigo pretende-se apresentar o que pode ser assumido pelo espaço escolar para contribuir com as ações de combate ao racismo e o fortalecimento da identidade e da cultura negra.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Na construção desse artigo seguiu-se os preceitos metodológicos de uma pesquisa qualitativa, pois nesta há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O procedimento técnico que foi utilizado foi a pesquisa

bibliográfica, pesquisa essa onde faz-se uso dos materiais já publicados, escritos ou gravados mecânica ou eletronicamente, que contenham informações de diversas áreas. (PROETTI, 2005). Foi realizada uma busca nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos Capes e Google Acadêmico, utilizando os descritores “espaço escolar”, “educação”, “antirracismo”, “enfrentamento”, “relações étnico-raciais”.

Selecionando assim um nicho de estudos e publicações de pesquisadores que na revisão de literatura estabelecerá conosco um diálogo sobre a estrutura do racismo, a identidade negra e as ações educativas em prol da diversidade cultural. Esse diálogo será construído em tópicos. Primeiramente, será feita uma exposição sobre como o racismo se estruturou no Brasil. Depois, será explicada as relações entre a construção da identidade negra e o espaço escolar. Posteriormente, serão expostos exemplos de ações pedagógicas que valorizem as especificidades culturais afro-brasileiras, com um espaço expondo ações próprias na prática de ensino que contribuam para o combate ao racismo e para a construção da identidade e da cultura negra. Por fim, serão explicitadas as conclusões construídas a partir dos escritos.

2.2 A estrutura do racismo brasileiro

A constituição do projeto de Brasil idealizado pelos europeus deixou aqui as marcas de uma nação estruturada pela opressão e pelo subjugo dos povos que foram animalizados e inferiorizados. O racismo brasileiro nasce na escravidão e se torna uma prática social comum e estrutural (ALMEIDA, 2019). Os quase quatro séculos de exploração do povo negro silenciaram as relações étnico-raciais no Brasil.

A abolição da escravatura em 1888 não foi suficiente para reparar os abismos causados por séculos de exploração massiva da mão de obra dos africanos e dos seus descendentes. Não foi suficiente, porque, em conjunto com a assinatura de uma lei de liberdade, era preciso criar políticas para inserir o povo negro no cenário do Brasil e reparar o dano histórico causado pelo regime escravocrata. Entretanto, nada disso ocorreu. Fernandes (1959, p.120), ao analisar o racismo em São Paulo a uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirmou que, “paralelamente, as compensações morais resultantes eram antes subjetivas que práticas. Inclusive perante a lei, seus direitos não se equiparavam aos dos demais membros da população livre”.

Instala-se um verdadeiro mal-estar, visto que o grupo dominante não desejava abrir mão dos históricos privilégios e lugares sociais. A alternativa do colonizador foi estabelecer um mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro a partir de uma verbalização democrática e de um comportamento autoritário e racista (MOURA, 1983). A saída foi ou o silenciamento, ou o discurso que isenta o campo do conflito e as contradições em nome de uma harmonia advinda

do processo de miscigenação e da democracia racial, a qual apresenta negros e negras usufruindo de oportunidades e integrados à cultura e à comunidade nacional.

O mundo europeu, para justificar as próprias barbáries imperialistas e o desenvolvimento às custas da dominação e da desapropriação de outros povos, busca respaldos pseudocientíficos a partir do darwinismo. Teorias construídas na Europa por Gobineau e que logo conquistaram respaldo no Brasil, mediante os estudos de Nina Rodrigues e outros, difundem a ideia de que as características biológicas e as condições climáticas e ambientais seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças (ALMEIDA, 2019). Inicia-se o que seria chamado de racismo científico.

A política eugênica ganha status de projeto nos governos no advento do Brasil republicano. Dessa maneira, são criadas estratégias para controlar e separar o que era visto como ser deformado. O sistema de ensino para as massas comandado pelo Estado passou a ser a chave para evitar a má-formação e a ignorância por meio de orientações sexuais e sanitárias, a partir da conscientização das pessoas sobre os problemas comportamentais, morais e físicos dos jovens e dos adultos ocasionados pela mistura racial (RODRIGUES; SANTOS, 2021).

Quando as teorias eugenistas perdem forças e o mundo após a Segunda Guerra Mundial tenta reduzir as atrocidades que foram constituídas por determinados grupos humanos para subjugar ou exterminar outros, surge o Brasil da “democracia racial”. O início da construção se dá por volta dos anos de 1920 e ganhou força, quando as noções de mestiçagem e de “democracia racial” se mesclaram às ideias de construção de identidade nacional. O auge acontece na década de 1950, momento em que o mundo estava assombrado pela solução final dos nazistas aos judeus. O Brasil era entendido como uma verdadeira nação da “democracia racial”, pois era comparado aos países nos quais a segregação racial esteve materializada em leis, tais como a África do Sul e os Estados Unidos (RODRIGUES; SANTOS, 2021).

Moura (1983) sustenta que tudo isso era necessário para que a escravidão fosse esquecida e, se lembrada, fosse romantizada a partir do conceito das boas relações entre as raças e da benignidade da escravidão no Brasil. Uma nação republicana e voltada ao Bem-Estar Social não podia estar ligada à segregação e à marginalização de uma grande parcela da própria população. Esse processo de suposta estabilidade racial foi difundido e se tornou vigente ao longo da história recente do nosso país. Todavia, as consequências dele são claramente evidentes a quem deseja enxergar.

O racismo abriu caminhos para o abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. Por esse motivo, expõe-se que esse não é um problema que se limita aos âmbitos interpessoal e comportamental: trata-se de uma questão estruturante das relações sociais. Em sua intersecção com o gênero e a classe, demarca os lugares

sociais. É em consequência disso que é importante observar as singularidades históricas, sob o risco de afastar o debate ideológico sobre o combate ao racismo das questões ligadas às transformações societárias (MADEIRA; GOMES, 2018).

O racismo estrutural nos legou uma profunda desigualdade e que necessitam de muita luta social e política, para que possa ser reduzida. Dentre os mecanismos confiados para essas ações, a luta antirracista dos movimentos negros e a educação são entendidas como grandes contribuintes fortalecimento do povo negro brasileiro e à identidade e à cultura dele.

Abdias do Nascimento (2019) explica que precisamos de um projeto de emancipação social do negro alicerçado em sua própria história e cultura, confrontando as narrativas coloniais de negação ou de redução do legado negro a um mero “exotismo”. Isso se chama “quilombismo”. É necessário entender em quais estruturas o racismo se firmou para poder atuar nos principais pilares e obter a emancipação e o empoderamento do negro brasileiro.

2.3 A construção da identidade negra e o espaço escolar

Discutir a identidade ou constituir uma definição para a identidade na atualidade é uma atitude complexa. Apresentar ou contribuir para a construção da identidade negra em um território marcado por estruturas hegemônicas, egocêntricas e homogêneas como o Brasil é um desafio muito mais complexo e extremamente grandioso. Munanga (2003) defende que a identidade negra não surge a partir da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou biológica. É algo que vai além e é resultante do conhecimento de um longo processo histórico que envolve as práticas de dominação.

A crença de viver em uma democracia racial, certamente, marca as subjetividades das pessoas e favorece o encobrimento do preconceito racial em relação à população negra. Também alimenta um discurso que propaga a existência de uma relação harmoniosa e igualitária entre brancos e negros, o que não corresponde às situações que a população negra vivencia. Fernandes (2007) afirma que a concepção desse Brasil harmonioso e integrado não tem nenhuma consistência e constitui uma mentira cruel, hoje, questionada pelos pesquisadores.

Todo o processo histórico que envolve a população negra brasileira, o que inclui a chegada dos ascendentes africanos, a escravização, o fim dela e a atualidade, propicia a constituição de uma identidade inferiorizada, vista pelo outro como o mais vil e insignificante que havia e há nessas terras. Desse modo, ao longo do tempo, ao negro, coube a possibilidade de se desenvolver como cidadão de segunda classe. Disso, decorre o desenvolvimento de uma identidade articulada ao redor de valores considerados socialmente negativos, alimentados pelo preconceito e pela discriminação (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

Ao pensar em identidade negra, é preciso reportar aos escritos de Neusa Santos Souza (1990, p. 77), que afirma: “ser negro não é uma condição dada a priori. É um vir a

ser. Ser negro é tornar-se negro”. As constantes interações e modificações das relações sociais no mundo contemporâneo, bem ressaltadas pelos teóricos que discutem identidades, tornam o processo de construção da identidade negra um complexo de ações, pensamentos e ideologias necessários ao desenvolvimento social. Gomes (2002, p.42) explica que:

O tornar-se negro enquanto uma construção social e individual se materializa na concretude de sujeitos sociais, dotados de identidade, corporeidade e memória. Esses sujeitos, ao se relacionarem com o mundo, o fazem a partir de uma diferença que não é só cultural e histórica, mas está inscrita num corpo, na cor da pele, nos sinais diacríticos que, mesmo sendo transformados por meio de uma intensa miscigenação, continuam carregados de africanidade. Africanidade e brasilidade inscritas num corpo, muitas vezes, de maneira tensa e ambígua.

Em consonância com essa perspectiva, a escola pode ser uma grande aliada na construção da identidade dos discentes. Entretanto, infelizmente, também é um dos lugares em que o preconceito e a discriminação são desenvolvidos e alimentados, visto que ela reflete os processos sociais da sociedade em que o indivíduo está inserido. Barroso (2012) explica que, de acordo com a visão funcionalista, a escola é entendida como transmissora de culturas e vivências.

Todavia, a escola, na realidade atual, precisa abandonar a política da aplicação uniforme dos sistemas dos direitos para legitimar as práticas públicas que considerem os contextos culturais particulares nos quais é concretamente promovida a originalidade de cada ser humano (PERRUCCI, 2013). Taylor (1996) corrobora com a noção exposta, ao sustentar que a política da diferença identifica uma potencialidade universal a ser salvaguardada: a “particularidade” de cada um de nós.

Gomes (2002, p. 42), ao fornecer sugestões relativas ao modo como a educação pode ser colaboradora para a construção e a valorização da identidade negra, defende que:

Talvez, um dos primeiros passos a ser dado pelas educadoras e pelos educadores que aceitam o desafio de pensar os vínculos entre educação e identidade negra seja reconhecer que qualquer intervenção pedagógica a ser feita não pode desconsiderar que, no Brasil, vivemos sob o mito da democracia racial e padecemos de um racismo ambíguo.

É preciso evidenciar as marcas da nossa história e assumir que vivemos, em todas as esferas, as ações do racismo. É necessário defender que não cabe, em nosso país, a ideia de harmonia racial, com o intuito de velar as ações de superioridade de um grupo em detrimento aos outros. A escola é um agente de principal importância para essas ações. Ela é um espaço de formação humana e essa formação deve ocorrer de forma integral.

A Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, que inclui a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino de todo o país, trouxeram um novo patamar à produção cultural destinada aos educandos brasileiros. As diretrizes e as normativas que amparam as leis asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania. Além disso, garantem igual direito às histórias e às

culturas que compõem a nação brasileira. Também propagam o direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos.

É preciso propor a divulgação e a produção de conhecimentos, além da formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos do próprio pertencimento étnico-racial, o que inclui os povos indígenas e os descendentes de africanos, europeus e asiáticos. Isso permite que todos interajam para a construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham os direitos garantidos e a identidade valorizada (BRASIL, 2006).

As legislações e as normativas criadas como fruto de lutas pela valorização de todos os povos do país são um grande passo na reparação de todo apagamento histórico sofrido pelos povos entendidos como minorias. No entanto, esses documentos precisam se tornar ferramentas efetivas e praticadas no ambiente escolar, para que realmente seja possível construir uma equidade entre o que permeia o espaço escolar. Assim, todos poderão ter o protagonismo garantido na construção da história desse país.

2.4 Ações pedagógicas que valorizem as especificidades culturais afro-brasileiras

Para que haja educação que transforme, é necessário adotar práticas transformadoras. Precisamos criar meios de propiciar essa transformação, de sair do confortável e mobilizar novas ações para novos resultados. Em relação a essas práticas transformadoras, que são muitas e de muitos segmentos, neste momento, aproximar-nos-emos do construir e do demarcar positivamente a diversidade em consonância com um olhar voltado às relações étnico-raciais e ao fortalecimento das relações com a cultura afro-brasileira no espaço escolar.

Gomes (2005), no texto intitulado “Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação”, levamos a reflexões sobre a nossa prática em sala e as questões raciais. Desse modo, exhibe alguns possíveis questionamentos que podemos fazer:

Como será que nós, professores e professoras, temos trabalhado com a questão racial na escola? Que atitudes tomamos frente às situações de discriminação racial no interior da escola e da sala de aula? Até quando esperaremos uma situação drástica de conflito racial ou enfrentamento para respondermos a essas perguntas? Por que será que a questão racial ainda encontra tanta dificuldade para entrar na escola e na formação do professorado brasileiro? (GOMES, 2005, p.146).

No meio educacional, é comum a ideia de que discutir as questões étnico-raciais e o racismo em si não é uma atribuição, mas cabe aos que estudaram humanidades. Esse pensamento que habita a nossa mentalidade, às vezes, de forma involuntária, somente demonstra como foi constituída a mentalidade brasileira, que não exprime a real compreensão de como se relacionar com as diversidades.

Esse pensamento se desvanece quando se analisa profundamente e há uma compreensão global da função

da educação, que é a de formar cidadãos aptos a viver em sociedade. Também é função formar pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos(as) à cidadania e entender que, em consonância com os limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas, e não utilizadas como critérios de exclusão social e política (CARRARA, 2009).

Quando foi pensado em construir um tópico que se voltasse às práticas pedagógicas que podem tratar das especificidades culturais afro-brasileiras no espaço escolar, pensamos assim como Boto (2005), que realça, no que se refere ao direito de escolarização na atualidade, a exigência de se reconhecer a diversidade social por meio de um currículo aberto e que inclua a diversidade dos alunos, as distintas trajetórias e as diferentes pertencas culturais, algo imprescindível para a construção de um ambiente educativo e colaborativo às ações reflexivas em relação à diversidade e ao convívio com ela.

Ao tratar do reconstruir o olhar para a diversidade étnico-racial e as especificidades trazidas até nós pela cultura afro-brasileira, temos a consciência de que essa é uma ação que muito demanda da escola e do educador, uma vez que se trata de colocar um holofote em um povo que foi animalizado na história do Brasil e que, estruturalmente, teve e tem as próprias construções culturais minimizadas. Munanga (2005) explica que o resgate da memória coletiva e da história do povo negro é algo que interessa a todos os alunos, e não apenas aos de ascendência negra. Interessa, também, aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, já que, ao receberem uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram as estruturas psíquicas afetadas.

Para levar as especificidades da cultura afro-brasileira até a sala de aula sem o reforço de estereótipos ou a validação de uma cultura em detrimento de outra, podemos nos amparar em algumas sugestões fornecidas por docentes pesquisadores os quais permeiam nesse debate. A doutora em Educação e pesquisadora de Educação e Culturas, Candau (2008, p.29), explicita que:

O/a educador/a tem um papel de mediador na construção de relações interculturais positivas, o que não elimina a existência de conflitos. O desafio está em promover situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, exercícios em que promovamos o colocar-se no ponto de vista, no lugar sociocultural do outro, nem que seja minimamente, descenter nossas visões e estilos de afrontar as situações como os melhores, os verdadeiros, os autênticos, os únicos válidos. Para isto é necessário promover processos sistemáticos de interação com os 'outros', sem caricaturas, nem estereótipos.

O ambiente escolar é um ambiente tensionado, relata Gomes (2021). Quando se trata de estabelecer relações entre as diversidades e apresentar as referências culturais afro-brasileiras, é exigido do docente o papel de mediador para o reconhecimento das diferenças de forma positiva.

O professor doutor em Educação e coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa Afro-Diáspora e Educação, Silva (2011),

afirma que o entendimento da diversidade cultural como princípio educativo nos leva, portanto, à aprendizagem de valores sociais e culturais do outro de uma maneira que não é hierárquica, mas dialógica e relacional. Provoca-nos a ir além da noção de inclusão de novos conteúdos durante a realização das práticas pedagógicas na educação escolar e nos desafia a repensar as relações étnico-raciais, sociais, econômicas, políticas, pedagógicas e culturais na sociedade de maneira sensível, investigativa e responsável.

Silva (2011) também assevera que inserir, nas práticas de ensino, elementos culturais afro-brasileiros, tais como a dança, a música, a religião, as tradições, as festas e as contribuições intelectual, econômica, política e literária, auxiliam no desenvolvimento das práticas pedagógicas das relações raciais. Resignificar o conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana significa, portanto, uma tomada de consciência sobre a existência de outros referenciais que constituem os saberes e os valores sociais e culturais da sociedade.

“Não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima” (MUNANGA, 2005, p.17). Descolonizar o nosso pensamento, os nossos conhecimentos e a nossa prática é fundamental para um olhar amplo no âmbito da cultura afro-brasileira e para poder replicar esse olhar aos nossos alunos.

O professor doutor em Antropologia Social, pesquisador e escritor de diversas temáticas envolvendo as relações étnico-raciais, Kabengele Munanga (2005), também oferece sugestões de uma prática pedagógica que valorize a diversidade étnica. Aliás, em muitas obras do estudioso, é possível encontrar sugestões de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e combatam o racismo no ambiente educacional. Contudo, frisaremos duas sugestões de atitudes que nós, educadores, devemos assumir:

A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas (por exemplo, Estados Unidos e África do Sul), é também racista. Ou seja, despojarmo-nos do medo de sermos preconceituosos e racistas. Uma vez cumprida esta condição primordial, que no fundo exige uma transformação radical de nossa estrutura mental herdada do mito de democracia racial, mito segundo o qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial e, conseqüentemente, não existem barreiras sociais baseadas na existência da nossa diversidade étnica e racial, podemos então enfrentar o segundo desafio de como inventar as estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo (MUNANGA, 2005, p. 18).

Munanga (2005) defende que não é fácil elaborar uma prática que apresente, com outro olhar, a cultura negra, combata o racismo e valorize a diversidade. Não existem fórmulas prontas, mas é um desafio urgente que nós, educadores, devemos assumir.

A professora doutora em Antropologia Social, pesquisadora e escritora sobre a formação de professores para a diversidade étnico-racial e outros temas relacionados, Gomes (2021),

ao escrever, em uma das produções, um tópico intitulado “Indignados, porém, imóveis”, é incisiva sobre a atuação do docente. A estudiosa sustenta que, na educação, a naturalização do racismo e das desigualdades raciais contribui para negar ou omitir o fato de que esses fenômenos perversos foram construídos durante os processos sociais, históricos e políticos de dominação colonial, cuja colonialidade perdura até hoje.

Por isso, as professoras e os professores que desejem sair do lugar do imobilismo frente à questão racial, desnaturalizando as desigualdades raciais, descolonizando as mentes, o conhecimento e os currículos, e construir-se como sujeitos que se indignam perante as práticas discriminatórias devem mover-se para sair da inércia racial. Deverão, portanto, partir para a ação concreta, construindo práticas pedagógicas, acadêmicas e epistemológicas emancipatórias e antirracistas. Trata-se de uma postura pessoal, profissional, política e epistemológica, que recusa toda e qualquer forma de racismo e discriminação, e que produz mudanças efetivas na vida dos sujeitos com o rompimento das hierarquias raciais (GOMES, 2021, p.444).

Trazer as especificidades da cultura afro-brasileira de forma positiva é uma missão que demanda uma reestruturação das nossas práticas dentro de sala de aula. Está ligado ao descolonizar o pensamento pedagógico e os conhecimentos a respeito dos povos subjugados pela colonização europeia. Explicitar as especificidades da cultura afro-brasileira de forma positiva à sala de aula é praticar uma reparação histórica relativa a todo o dano que os moldes de como esse país foi constituído e se estruturou causou e causa, desumanizando o outro e o explorando ao extremo.

2.4.1 Relatos próprios de ações pedagógicas relacionadas às especificidades culturais afro-brasileiras

Já temos o pleno entendimento de que muito ainda deve ser descolonizado em nossa prática e de que muitos conhecimentos ainda precisam ser reconstruídos. Entretanto, temos a plena certeza de que não somos os mesmos docentes e que não são praticadas as mesmas ações educativas que contribuíam para a homogeneização dos nossos alunos. Muito ainda precisa ser feito nos ambientes de ensino aos quais atuamos e muitas contribuições podem ser dadas. No entanto, o que já fazemos, o que é assumido como prática educativa que enaltece a diversidade e que combate as discriminações, tem mostrado efeitos. É necessário, portanto, ir além da promoção de uma atitude apenas tolerante em relação à diferença (CARRARA, 2009).

É válido, ao trabalhar com os alunos de História as grandes civilizações e os grandes reinos da Antiguidade, apresentar os reinos africanos, a fim de fazê-los entender que o Egito é pertencente à África. É algo que parece simples, ou seja, comum, mas que fornece outras perspectivas sobre o povo africano.

Ao abordar a vinda dos africanos de forma forçada ao continente americano, é conveniente explicar aos discentes que muitos deles eram governantes, reis, grandes funcionários, chefes de povos ou pessoas que tinham o domínio de vários

ofícios. Portanto, não eram trazidos simplesmente seres animalizados e com comportamento pagão.

Além disso, é interessante, ao trabalhar a mitologia, trazer o olhar aos deuses gregos e aos deuses africanos. Nessa seara, é importante propor uma reflexão que busque explicitar os motivos pelos quais vislumbramos a mitologia grega e abominamos a africana. Não só, mas também porque achamos agradáveis as narrativas gregas e entendemos os causos míticos da África como uma manifestação demoníaca.

Para Santos (2012), a manutenção da ideia de que o negro não tem história ou de que a história dele é pagã e de que o negro não tem princípios morais, além de outras bestialidades que ainda são ditas acerca dos grupos afro-brasileiros, não é uma mera coincidência. Há um projeto ideológico que sustenta essas ideias e é necessário combatê-lo com embasamento científico descolonizado.

Durante a abordagem da escravização africana, é válido relatar o quanto os povos africano e afro-brasileiro resistiram às condições que lhes foram impostas. Mesmo em subjugo, esses povos lutavam e buscavam meios de retomar a liberdade e a dignidade. Também é essencial apresentar aos alunos os malês da Bahia, a história de João Cândido e a força de Zumbi em conjunto com Dandara. Isso corrobora com Moura (1983), que afirma que o negro brasileiro sempre foi um grande organizador.

Buscamos, em cada aula ministrada, trazer um outro olhar para a história afro-brasileira. O pensamento hegemônico pautado no racismo, na naturalização das disparidades sociais e na criminalização da pobreza mantém sua força, principalmente quando se trata da história do negro, a partir de relatos de situações de exploração e subserviência, sem a demonstração de que os negros têm uma história que perpassa a escravidão (SANTOS, 2012). E quebrar essa estrutura é uma missão que consideramos fundamental na prática educativa.

Estamos em um mundo globalizado. Portanto, é preciso pensar em estratégias, para que todos sejam inclusos de fato. O espaço escolar é o ambiente por excelência que os educandos têm para interagir e construir relações. Sendo assim, é fundamental que ele seja um lugar de acolhimento a todos, sem distinção de raça, cor ou qualquer outro tipo de diferença.

3 Conclusão

Diante do exposto, é perceptível que um dos grandes desafios da escola e dos educadores, atualmente, é estabelecer uma prática pedagógica que esteja relacionada à diversidade cultural e, sobretudo, que atue no combate às práticas racistas, encarando-as como um meio de transformar a sala de aula em um ambiente de aprendizagem significativa para os alunos. Esse não é um processo simples, pelo contrário, exige uma postura de mudança, a fim de recriar, desde o planejamento curricular, a execução de novas estratégias, preparando os profissionais da educação.

É imprescindível que as abordagens ligadas à identidade e à

diversidade cultural estejam presentes nas práticas educativas, especialmente para construir a valorização da cultura afro-brasileira e, conseqüentemente, combater o racismo. Um dos papéis da escola frente a essa temática é formar cidadãos conscientes, com pensamento crítico e capazes de julgar o que é melhor para si e para a sociedade.

Diante dos diálogos com os autores supracitados, não há como não constatar a relevância e a urgência da presença de ações que envolvam a diversidade étnica nas práticas educativas. Há, também, a percepção de que as ações trazidas pelos pesquisadores são práticas possíveis de serem transpostas às práticas educativas. Elas demandam mudanças de postura e de pensamento, mas podem ser aplicadas, desde que os espaços escolares e os docentes assumam a responsabilidade de contribuir com a quebra das barreiras de exclusão cultural, social e racial.

É cabível, posteriormente, outro diálogo com o que já há de práticas efetivas que envolvam a formação da identidade, a valorização cultural negra e o combate ao racismo. Seria importante divulgar as ações de ambientes escolares e de docentes que assumiram, nas práticas, o diverso e a valorização da cultura afro-brasileira como um meio de reconstrução e reparação da história escrita do Brasil democrático racialmente.

Essas são mudanças necessárias às práticas educativas, pois todo indivíduo tem direito a uma educação de qualidade e que respeite as singularidades dele, sem o desconforto causado pela inserção em um ambiente que favorece somente um determinado público. A escola é de todos e para todos. Independentemente das diferenças de cada um, a escola é um lugar de trocas e que precisa ser moldado para atender com igualdade e respeito a todos, dando suporte e apoio para que ninguém seja discriminado e exposto, mas aceito e respeitado. É fundamental que a escola seja um lugar de acolhimento da diferença.

Referências

- ALMEIDA, S.L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARROSO, J. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. *Princ. Gerais Adm. Esc.*, v.1, 2012.
- BOTO, C. Educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. *Educ. Soc.*, v.26, n.92, p.777-798, 2005. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300004>.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Orientação e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: MEC/SECAD, 2006.
- CANDAU, V.M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A.F.; CANDAU, V.M. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p.13-37.
- CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: *GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. p.13-16.
- FERNADES, F. Cor e estrutura social em mudança. In: BASTIDE, R.; FERNADES, F. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1971. p.77-161.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- FERREIRA, R.F.; CAMARGO, A.C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicol. Ciênc. Prof.*, v.31, n.2, p.374-389, 2011. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>.
- GOMES, N.L. Educação e identidade negra. *Aletria*, v.9, p.38-47, 2002. doi: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9..38-47>.
- GOMES, N.L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2005. p.143-154.
- GOMES, N.L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Rev. Filos. Aurora*, v.33, n.59, p.435-454, 2021. doi: <http://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059.DS06>.
- MADEIRA, Z.; GOMES, D.D.O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, n.133, p.463-479. 2018. doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>.
- MOURA, C. Influência da escravidão negra na estrutura e comportamento da sociedade brasileira. In: MOURA, C. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983. p.15-27.
- MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUNANGA, K. Algumas considerações sobre diversidade e a identidade negra no Brasil. In: RAMOS, M.N. et al. *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretária de Educação Média e Tecnológica, 2003. p.35-49.
- NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. In: NASCIMENTO, A. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Perspectiva, 2019. p.201-235.
- PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- PROETTI, S. *Metodologia do trabalho científico: abordagens para a construção de trabalhos acadêmicos*. São Paulo: Edicon, 2005.
- PERRUCCI, A. Identidade e reconhecimento em Charles Taylor. *Bagoas*, v.7, n.9, p.323-336, 2013.
- RODRIGUES, C.E.; SANTOS, J.F. Perspectivas históricas: passado, presente e futuro sobre a Lei 10.639/2003. *CLIO*, v.39, n.2, p.129-152, 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2021.39.2.10>.
- SANTOS, J.F. Relações Brasil e África para além da escravidão: ensino da história afro-brasileira e africana numa perspectiva contra hegemônica. In: LAIA, M.A. *Construindo a igualdade racial II*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2012.
- SILVA, N.N. A diversidade cultural como princípio educativo. *Paidéia*, v.8, n.11, p.13-29, 2011.
- SOUZA, N.S. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- TAYLOR, C. Identidad y reconocimiento. *Rev. Int. Filos. Pol.*, n.7, p.10-19, 1996.